



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SAFS - Quadra 6 - Lote 1 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF

TERMO DE REFERÊNCIA - EPRO
0189/2024 (v7) - Lei 14133/2021

Processo STJ 28053/2024
Assunto: Fornecimento de mesas de reunião e de trabalho - Lei 14133/2021
Requisitante: Seção de Controle do Patrimônio

1. OBJETO

- 1.1. Fornecimento de mesas de trabalho e de reunião e gaveteiros.
- 1.2. Conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, o objeto desta contratação é caracterizado como bem ou serviço comum.
- 1.3. O objeto desta contratação se enquadra como sendo bem de qualidade comum e de consumo, uma vez que estão presentes as características estabelecidas nos incisos II e III do § 1º art. 22 da Instrução Normativa STJ/GDG n. 4/2023.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A especificação abaixo visa oferecer a descrição completa e adequada das características e quantitativos do objeto:

Lote/Item		Código	Especificação do objeto	Unidade	Quantidade
01	01	15813	<u>Estação de trabalho, tipo ML4</u> - Mesa auto-portante em L "ML4" medindo 160X160X60X73 (Largura X Largura X Profundidade X Altura, confeccionada em MDF de 25 e 18 mm e estrutura metálica; - Especificação completa no ANEXO I deste TR.	Unidade	40
	02	16492	<u>Gaveteiro, tipo G3-b</u> - Gaveteiro G3-b com rodízios medindo 40X48X68 cm (Largura X Profundidade X Altura). - Especificação completa no ANEXO II deste TR.	Unidade	40
03		15808	<u>Mesa de reunião, tipo M6a</u> - Mesa de reunião redonda medindo 1200 x 750 mm (diâmetro x altura. Utilizada nas unidades administrativas. - Especificação completa no ANEXO III deste TR.	Unidade	05
04		16486	<u>Mesa de reunião, tipo M8b</u> - Mesa de reunião retangular com extremidades arredondadas medindo 2000 x 1100 x 750mm (largura x profundidade x altura). Utilizada nos gabinetes de Ministros e em outras unidades afins. -- Especificação completa no ANEXO IV deste TR.	Unidade	02

3. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.1. A vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.
- 3.1.2. Se houver interesse da administração, o prazo de vigência será prorrogado quando o objeto não for concluído no